

## **FATORES CONDICIONANTES DA REELEIÇÃO DE PREFEITOS EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA**

**TIAGO CARNEIRO DA ROCHA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

**LUIZ ANTÔNIO ABRANTES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

**JULIANA MARIA DE ARAÚJO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

**MARCONI SILVA MIRANDA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

# FATORES CONDICIONANTES DA REELEIÇÃO DE PREFEITOS EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA

## 1. INTRODUÇÃO

A pandemia do novo Coronavírus trouxe consigo altos níveis de incerteza e ambiguidade, além das crises na saúde e na economia, o que afetou gravemente a população em diversos aspectos. A necessidade de ocorrência de novas reeleições para os poderes executivo e legislativo em meio a esse cenário trouxe uma insegurança ainda maior para os cidadãos, sendo importante compreender a dinâmica das reeleições neste contexto.

As eleições municipais, por definirem os representantes dos poderes executivo e legislativo local, se revestem de grande importância considerando o papel dos municípios na implementação e execução das políticas públicas. Ressalta-se ainda a possibilidade da ocorrência de reeleição nos termos da Emenda Constitucional nº 16/1997, por mais um mandato subsequente (BRASIL, 1997).

Por sua vez, os prefeitos como representantes do executivo municipal, são aqueles que governam e comandam o município definindo suas prioridades e atendendo aos anseios da população. Esta dinâmica se deve a instituição do processo de descentralização, que distribuiu competências aos níveis de governo federal, estadual e municipal, além de considerar cada um deles como entes federativos (SILVA, 2005). Uma das finalidades deste processo é imprimir maior eficiência na aplicação de recursos e na qualidade da prestação de serviços públicos, tendo em vista o grande conhecimento que os gestores públicos locais possuem sobre as necessidades dos cidadãos, em detrimento dos gestores públicos estaduais e federais (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008; OATES, 1972; SILVA, 2005).

Na pandemia a autonomia administrativa se evidenciou e cada gestor público, na competência de sua unidade federativa, realizou ações com o intuito de imprimir ações que evitassem o colapso do sistema público de saúde, reduzissem a transmissão do vírus, e consequentemente o número de casos e de óbitos por Covid-19 (AQUINO et al., 2020). As medidas adotadas que se destacaram conforme Silva, Santos e Soares (2020) foram o isolamento, a quarentena, o distanciamento social e as medidas de contenção comunitárias. Porém devido a autonomia de cada municípios as ações se divergiram e muitas das vezes não foram focadas na saúde dos cidadãos.

Não obstante, o contexto de pandemia trouxe diversos obstáculos à formulação e implementação das políticas públicas, alterando o modelo federalista vigente a partir da falta de coordenação das ações por parte da União e do protagonismo dos governos estaduais e municipais (ABRUCIO et al., 2020). Como consequência, tem-se a desarticulação das ações, a existência de conflitos entre os três entes e a dificuldade de adoção de ações efetivas para combate à pandemia em meio a um contexto de acentuadas assimetrias de capacidades estatais nos entes subnacionais (ABRUCIO et al., 2020; TEIXEIRA et al., 2020)

Assim, apesar das ações tomadas no sentido de enfrentar a pandemia e seus diversos efeitos algumas distorções podem ocorrer, propiciando que os gestores se utilizem de suas competências para a realização de ações em benefício próprio e com o intuito de reelegerem, objetivando a perpetuação de seus cargos (BALAGUER-COLL; BRUN-MARTOS, 2013; CAVALCANTE, 2016; LIENDO, 2014; MENEGUIN; BUGARIN; CARVALHO, 2005).

Em geral, estas ações compreendem condicionantes objetivas e subjetivas. As objetivas estão relacionadas aspectos financeiros, orçamentários e socioeconômicos, como por exemplo, dívida pública do ente, às despesas correntes e de capital, as receitas própria e de transferência (MENEGUIN; BUGARIN, 2011; BRENDER, 2003; MENEGUIN; BUGARIN; CARVALHO, 2005; SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2007; BALAGUER-COLL; BRUN-MARTOS, 2013; SILVA; BRAGA, 2013; BALAGUER-COLL et al., 2014; CAVALCANTE, 2016; CUNHA; FERREIRA; FERNANDES, 2018).

As condicionantes subjetivas envolvem aspectos políticos e contextuais, como alinhamento político partidário dos prefeitos com os governadores e com o presidente, emendas parlamentares recebidas por indicação de parlamentares estaduais e federais (PEREIRA; RENNO, 2007; SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2007; CARVALHO; OLIVEIRA, 2009; SILVA; BRAGA, 2013; CAVALCANTE, 2016; MARTINS et al., 2016; DIAS; NOSSA; MONTE-MOR, 2018).

Neste contexto, se faz importante compreender os condicionantes nos processos da reeleição de prefeitos ou da recondução de seus partidos políticos. Assim, a possibilidade do uso da função pública e da autonomia municipal para o processo de reeleição induz a seguinte questão de pesquisa: a pandemia, representada pelos números de infecções e de óbitos por Covid-19 influenciou na reeleição/recondução nos municípios mineiros nas eleições de 2020? Para responder a essa questão, esse trabalho objetiva analisar se em que nível as variáveis de classes objetiva e subjetiva influenciaram o processo de reeleições de 2020 nos municípios mineiros. Parte-se da hipótese que essas variáveis exerceram influência na reeleição/recondução nas eleições municipais.

A escolha deste tema e a relevância desta pesquisa está na importância das eleições municipais para a gestão pública e no estabelecimento de compreensão da formatação política e técnica do processo eleitoral, considerando que gestão pública municipal é responsável pela execução/oferecimento de serviços públicos à sociedade em função do conhecimento da demanda e da proximidade com a população. Por fim, apesar de existirem trabalhos explorando esta temática em análise, pouco se discute de modo amplo e conjunto, os diversos fatores influentes em um contexto pandêmico nas eleições municipais.

Com relação aos avanços teóricos, o estudo pretende contribuir com a literatura existente ao buscar compreender quais as condicionantes da reeleição em um contexto de pandemia. Deste modo, busca-se trazer as ações efetuadas pelos gestores públicos neste contexto, e sua possível influência no processo de reeleição. Em termos de contribuições práticas, os resultados empíricos deste estudo indicam que os eleitores estão atentos às práticas exercidas pelos gestores locais e suas implicações na escolha dos eleitores por novos representantes.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Teoria Econômica da Descentralização Fiscal, Capacidades e Competências dos Entes Federativos.**

A teoria econômica da descentralização fiscal foi retratada inicialmente pelos trabalhos de Tiebout (1956) e Oates (1972) abordando a distribuição ideal de competências entre os entes federativos. Na organização governamental dos entes, tem-se o setor público trabalhando por intermédio de vários centros decisórios, mesclando mecanismos operados pelos governos nacionais, regionais e locais (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980). A instituição do federalismo fiscal origina na distribuição de competências constitucionais fiscais entre todos os níveis de governo, estabelecendo autonomia aos entes tendo em vista que suas competências e capacidade de financiamento possam delinear institucionalmente uma disciplina nos processos de contribuição e gestão tributária, transferências, composição e dimensão das despesas (SILVA, 2005).

A descentralização no federalismo é marcada pela motivação de uma otimização entre preferências dos agentes econômicos e o perfil do sistema fiscal (SILVA, 2005). Deste modo, o federalismo é caracterizado como uma forma de poder, possuindo como peculiaridade a junção de instâncias menores ou fracionárias com o intuito de formar uma entidade superior, criando-se um poder maior com alcances distintos e exclusivos, de modo que todos os entes reunidos estejam subordinados e exerçam políticas comuns (BONAVIDES, 1996). Além disso, o federalismo se mantém em equilíbrio por meio da preservação da autonomia dos seus entes,

mesmo com a formação dessa entidade superior (OLIVEIRA, 2007). A autonomia permanece nas dimensões administrativa, econômica, fiscal, jurídica e política.

O federalismo fiscal é visto ainda como a maneira pela qual os entes federativos se associam financeiramente, que compreende na análise da organização do Estado como um todo, o tipo de federação adotada, o grau de autonomia dos entes e suas responsabilidades, e sobretudo, a forma que serão financiadas (CONTI, 2001). Como o federalismo fiscal aborda especialmente a repartição das competências tributárias entre os entes federativos que constituem a estrutura de federação, essa repartição visa estabelecer um aperfeiçoamento a fim de garantir o aumento da eficiência na alocação de recursos públicos (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008; SILVA, 2005). Na questão da eficiência, a maior proximidade dos entes locais com a população pode aumentar a qualidade dos serviços ofertados, visto que os governos centrais não possuem conhecimento específico das necessidades regionais e locais (OATES, 1972).

No Brasil, anteriormente à Constituição Federal de 1988 o federalismo era caracterizado por uma centralização do poder na União. A partir deste marco, foi instituída a descentralização fiscal que se apresenta de forma evidente, possibilitando a constatação de arrecadação nos níveis inferiores de governo (GALVARRO; BRAGA; FONTES, 2008). Deste modo, em território nacional os estados e municípios participam nas receitas e nas despesas públicas com seus respectivos graus de autonomia (NAZARETH; PORTO, 2002).

Com as autonomias estabelecidas com a implementação do federalismo fiscal os municípios brasileiros possuem especificidades políticas muito importantes para se entender o processo eleitoral local. Logo, apesar da existência de autonomias os entes se encontram em constante interação através do relacionamento entre seus representantes que pode ser constatado através dos alinhamentos políticos e partidários e na indicação de emendas parlamentares (PEREIRA; RENNO, 2007).

## **2.2. Condicionantes da Reeleição**

Diversas são as condicionantes que podem influenciar um resultado eleitoral e consequentemente a reeleição de um prefeito ou a recondução de um partido. Essas condicionantes dividem-se nas classes objetivas e subjetivas. A classe objetiva consiste nas condicionantes, financeiras, orçamentárias e socioeconômicas; enquanto a classe subjetiva constitui-se nos alinhamentos políticos partidários e na pandemia.

### **2.2.1. Classe Objetiva**

Inicialmente, as condicionantes objetivas se apresentam diretamente relacionadas com o desempenho das ações dos gestores públicos, que se apresentam no meio social mediante aspectos financeiros, orçamentários e socioeconômicos.

As condicionantes financeiras e orçamentárias foram verificadas de diversas formas e se apresentam como dívidas, despesas e receitas. A primeira delas é a dívida municipal, que representa o somatório de todas as obrigações de longo prazo assumidas por um município. Alguns autores constataram as dívidas municipais podem influenciar na probabilidade de reeleição, constatando que o aumento delas podem minorar as probabilidades de reeleição, visto que o aumento das dívidas gera um comprometimento de recursos futuros restringindo as suas possibilidades de aplicação (BALAGUER-COLL; BRUN-MARTOS, 2013; BRENDER, 2003; CUNHA; FERREIRA; FERNANDES, 2018; MENEGUIN; BUGARIN, 2001). Assim, Meneguín e Bugarin (2001) afirmam que os gestores públicos tendem a se preocupar com a contratação de empréstimos ou financiamentos em seus primeiros mandatos, temendo não obter êxito na reeleição.

No que tange às despesas, destacam-se duas variáveis amplamente discutidas pela literatura, as despesas com pessoal e as despesas de capital. A primeira é uma despesa corrente, conhecidas como despesas de custeio da máquina pública, o aumento destas próximo ao período

eleitoral também é criticado e visto como algo negativo quando se fala em reeleição (SILVA; BRAGA, 2013). Meneguín, Bugarin e Carvalho (2005) afirmam que isso ocorre devido aos gastos de custeio serem menos visíveis aos olhos dos eleitores, estando associados à manutenção do dia a dia e não demonstrarem impacto como as despesas de capital.

A segunda, são as despesas de capital, que tratam das atividades de investimentos a exemplo da aquisição de máquinas e equipamentos, imóveis e veículos. Brender (2003) argumenta que tais despesas são recompensadas pelos residentes e tendem a aumentar a probabilidade de reeleição dos gestores públicos, bem como foi constatado pelos estudos de Meneguín, Bugarin e Carvalho (2005); Balaguer-Coll e Brun-Martos (2013) e Cavalcante (2016). Especificamente no estudo de Cavalcante (2016), detectou-se que a construção de escolas e hospitais bem como a realização de pavimentações e investimentos em saneamento são bem vistos e notáveis pelos eleitores.

Em relação às receitas, destacam-se aquelas provenientes de arrecadação própria e de transferências intergovernamentais. As receitas próprias foram abordadas divergentemente entre os autores, em que parte deles encontraram relação positiva entre a arrecadação própria e a reeleição tendo em vista que a tributação irá contribuir para um aumento das disponibilidades dos cofres públicos e conseqüentemente para a aplicação em interesses da população, além de representar que uma maior arrecadação refletiria como uma *proxy* para o desenvolvimento local (BALAGUER-COLL et al., 2014; BALAGUER-COLL; BRUN-MARTOS, 2013; CUNHA; FERREIRA; FERNANDES, 2018; SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2007). No entanto, outros estudos abordaram de modo negativo as receitas de competência local, ou seja, uma punição àqueles gestores públicos que onerem os cidadãos na cobrança de impostos apesar de apreciarem os gestores que conseguem recursos para o município eles preferem os que não advêm de caráter tributário (CAVALCANTE, 2016; MENEGUÍN; BUGARIN; CARVALHO, 2005; SILVA; BRAGA, 2013).

De modo similar às receitas próprias, as receitas advindas de transferências intergovernamentais são vistas de modo divergente, onde alguns estudos corroboram com a apreciação de vangloriar a conquista de recursos sem um aumento da tributação local. Para Sakurai e Menezes-Filho (2007) são necessárias elevadas arrecadações para sustentar a realização de grandes despesas, e as transferências intergovernamentais são as mais bem vistas pelos eleitores e quanto maiores forem seus ingressos maiores serão as chances de reeleição dos gestores públicos (BALAGUER-COLL; BRUN-MARTOS, 2013). Porém, Cunha, Ferreira e Fernandes (2018) identificaram em seu estudo uma relação contrária explicada como uma insatisfação dos eleitores com o total de transferências repassadas aos municípios.

As condicionantes socioeconômicas foram constatadas na literatura por muitos estudos e se retrataram especificamente pelas variáveis Bolsa Família, densidade populacional e PIB. O Programa Bolsa Família da Secretaria Nacional de Renda e de Cidadania (Senarc), criado em 2003, ajuda no combate à pobreza, à extrema e à desigualdade no país, sendo sua gestão compartilhada entre a União, os estados e os municípios (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021). Como a variável Bolsa Família está correlacionada à parcela da população pobre, alguns estudos constataram que a variável afeta positivamente na probabilidade de reeleição dos gestores públicos tendo como justificativa a melhora da condição social dos eleitores beneficiados pelo programa (MARTINS et al., 2016; SHIKIDA et al., 2009).

A variável densidade populacional é abordada em vários estudos para analisar a existência de diferenças na concentração populacional na superfície em que os municípios ocupam que afetam nas possibilidades de reeleição de gestores públicos. Constatou-se que quanto maior a concentração populacional maiores são as probabilidades de reeleição (BALAGUER-COLL; BRUN-MARTOS, 2013; CUNHA; FERREIRA; FERNANDES, 2018; SHIKIDA et al., 2009).

Outra condicionante socioeconômica abordada é o PIB que demonstra o somatório de todas as riquezas produzidas pelo município em dado período. A variável pode refletir as políticas macroeconômicas que vêm sendo adotadas pelos gestores públicos, podendo ser expansionista ou restritiva, ou seja, estimulando ou controlando a economia (CAVALCANTE, 2016). Deste modo, existem resultados controversos quanto aos efeitos do PIB na reeleição de gestores, constatando-se influências negativas e positivas. As negativas se explicam por quanto mais ricos forem os municípios maiores irão ser a competição eleitoral nestas cidades (MENEQUIN; BUGARIN; CARVALHO, 2005). As positivas se relacionam à premiação dos gestores que desempenham uma política econômica expansionista com aumento das riquezas e redução do desemprego (CAVALCANTE, 2016; SILVA; BRAGA, 2013).

Portanto, ao considerar as consonantes objetivas, buscou-se analisar os efeitos das mesmas nas reeleições municipais. Para tanto, estabeleceu-se a seguinte hipótese:

**H<sub>1</sub>:** As variáveis de classe objetiva exercem influência sobre a reeleição dos prefeitos ou na recondução de partidos nos municípios mineiros.

### 2.2.2. Classe Subjetiva

A classe subjetiva trata da relação direta para com o sujeito do gestor público, sendo característica daquele indivíduo como político. Elas podem ser visualizadas com os partidos a que pertencem, os seus alinhamentos políticos partidários, o seu desempenho em eleições através do número de votos que já obteve anteriormente e o cenário estabelecido à época.

As condicionantes políticas são constatadas através das variáveis Emendas Parlamentares, alinhamento partidário com o governador e com o presidente, e o percentual de votos válidos que o prefeito obteve na eleição anterior. As emendas parlamentares possuem características políticas para a indicação desses recursos ser uma indicação da proximidade dos parlamentares com o executivo local (PEREIRA; RENNO, 2007). Assim, Pereira e Renno (2007) afirmam que os parlamentares estaduais e federais utilizam dos recursos das emendas para beneficiar municípios onde obtiveram apoio político do executivo e maiores números de votos, fortificando suas bases eleitorais.

Quanto ao alinhamento político partidário, duas variáveis foram abordadas de modo frequente em diversos estudos sendo elas, o alinhamento do partido dos prefeitos com o dos governadores e com o do presidente. Ambas as variáveis são categorizadas em períodos de dois anos ao longo dos últimos quatro anos de mandato do gestor municipal, tendo em vista a assincronia entre os ciclos eleitorais. Deste modo, as variáveis demonstram o apoio existente de forma política aos gestores locais pelos governadores e presidente que diante as suas respectivas representatividades influenciam positivamente na possibilidade de reeleição destes prefeitos (CARVALHO; OLIVEIRA, 2009; CAVALCANTE, 2016; DIAS; NOSSA; MONTE-MOR, 2018; MARTINS et al., 2016; PEREIRA; RENNO, 2007; SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2007; SILVA; BRAGA, 2013).

Os votos válidos obtidos em eleições anteriores também são utilizados como uma condicionante de reeleição de gestores públicos que influenciam positivamente. O percentual de votos válidos se associa a uma base sólida de eleitores, considerando que a obtenção de um grande percentual de votos válidos ocasiona efeitos na escolha futura do eleitor considerando a busca da maximização da utilidade do seu voto (BRENDER, 2003; CAVALCANTE, 2016; DIAS; NOSSA; MONTE-MOR, 2018; PEREIRA; RENNO, 2007).

As condicionantes pandêmicas são abordadas neste estudo através das variáveis número de casos de infectados por Covid-19 e o número de óbitos por Covid-19. Essas variáveis foram utilizadas por as eleições de 2020 em vista da conjuntura de um cenário pandêmico, sendo divergentes entre os municípios, sendo utilizados os números de infecções e de óbitos informados pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais até as vésperas das eleições. Logo, cada um dos 853 entes federativos que compõem o estado de Minas Gerais com suas

autonomias individuais possui capacidades diferentes e divergentes disponibilidades de recursos o que contribui para um difícil combate à pandemia de forma similar obtendo diversos desempenhos dos gestores públicos (ITO; PONGELUPPE, 2020).

Desta forma, ao considerar as consonantes subjetivas, analisou-se os efeitos destas nas reeleições municipais. Com isso, estabeleceu-se a seguinte hipótese:

**H<sub>2</sub>:** As variáveis de classe subjetiva exercem influência sobre a reeleição dos prefeitos ou na recondução de partidos nos municípios mineiros.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1. Caracterização da Amostra e Fontes de Dados

Este estudo consistiu em analisar todos os 853 municípios do estado de Minas Gerais, no entanto a amostra utilizada obteve 847 municípios, tendo em vista que 6 deles não tinham as informações necessárias à disposição. Os dados utilizados se referem ao ciclo eleitoral de 2020, iniciando em 2016 com o intuito de analisar a reeleição dos gestores públicos com relação a eleição municipal anterior.

Os dados utilizados na pesquisa são secundários e foram extraídos das seguintes fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS); Ministério da Cidadania; Ministério da Economia; Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM); Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG); Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG); Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As variáveis que possuem valores monetários foram padronizadas em logaritmo *per capita*, além de ajustadas pelo índice Geral de Preços (IGP-DI), ao valor corrente de 2020.

#### 3.2. Métodos e Variáveis

Para se compreender os efeitos das condicionantes da reeleição nas eleições de 2020 em Minas Gerais empregou-se o método de Regressão Logística Binomial que é uma forma específica de regressão utilizada para prever eventos e explicar uma variável categórica binária, logo a variável dependente não é métrica (HAIR et al., 2009). As variáveis utilizadas na aplicação do método e suas respectivas relações esperadas, bases conceituais e fontes estão descritas no Quadro 1.

**Quadro 1: Descrição das Variáveis**

Variável Dependente				
Variável	Descrição			Fonte
Reeleição_ Recondução	Prefeitos que foram reeleitos em 2020 ou partidos que foram reconduzidos ao executivo municipal. Valor 1 atribuído para o caso de prefeito reeleito ou partido reconduzido e 0 caso contrário.			TRE-MG
Variáveis Explicativas				
Variável	Descrição	Relação Esperada	Base Conceitual	Fonte
MPG_2017-2018	Alinhamento partidário do prefeito com o governador. Foi atribuído o valor 1 para o caso em que o partido do prefeito é o mesmo do governador e 0 caso contrário. (Ciclos Eleitorais 2014-2018 – o ciclo eleitoral 2019-2022, não foi utilizado por não ter nenhum prefeito eleito pelo mesmo partido do governador atual)	(+)	Pereira e Renno (2007); Sakurai e Menezes-Filho (2007); Carvalho e Oliveira(2009); Silva e Braga (2013); Cavalcante (2016); Martins et al. (2016); Dias, Nossa e Monte-Mor (2018)	TRE MG TSE

(continua ...)

(continuação ...)

Variáveis Explicativas				
Variável	Descrição	Relação Esperada	Base Conceitual	Fonte
MPP_2017-2018	Alinhamento partidário do prefeito com o Presidente da República. Atribuiu o valor 1 para o mesmo partido do prefeito e presidente e 0 caso contrário. Ciclos Eleitorais (2014-2018 e 2019-2022)	(+)	Pereira e Renno (2007); Sakurai e Menezes-Filho (2007); Carvalho e Oliveira(2009); Silva e Braga (2013); Cavalcante (2016); Martins et al. (2016); Dias, Nossa e Monte-Mor (2018)	TRE MG TSE
MPP_2019-2020				
Votos_Válidos	Percentual de votos válidos que o prefeito obteve na eleição anterior	(+)	Brender (2003); Pereira e Renno (2007); Cavalcante (2016); Dias, Nossa e Monte-Mor (2018)	TRE MG
Bolsa_Família	Valores acumulados despendidos com o programa Bolsa Família	(+)	Shikida et al. (2009); Martins et al. (2016)	Ministério da Cidadania
Densidade_Pop	Quantidade de habitantes por KM <sup>2</sup>	(+)	Shikida et al. (2009); Balaguer-Coll e Brun-Martos (2013); Cunha, Ferreira e Fernandes (2018)	IMRS
PIB	Produto Interno Bruto	(-/+)	Meneguim, Bugarin e Carvalho (2005); Silva e Braga (2013); Cavalcante (2016)	IBGE
Desp_Pessoal	Somatório das despesas com pessoal liquidadas	(-)	Meneguim, Bugarin e Carvalho (2005); Balaguer-Coll e Brun-Martos (2013); Cunha, Ferreira e Fernandes (2018)	TCE MG
Desp_Capital	Somatório das despesas de capital liquidadas	(+)	Brender (2003); Meneguim, Bugarin e Carvalho (2005); Balaguer-Coll e Brun-Martos (2013); Cavalcante (2016)	TCE MG
Dívida	Somatório do endividamento do município	(-)	Brender (2003); Meneguim e Bugarin (2001); Balaguer-Coll e Brun-Martos (2013); Cunha, Ferreira e Fernandes (2018)	SADIPEM
Rec_Própria	Somatório das receitas de competência local arrecadadas	(-/+)	Brender (2003); Meneguim, Bugarin e Carvalho (2005); Sakurai e Menezes-Filho (2007); Balaguer-Coll e Brun-Martos (2013); Silva e Braga (2013); Balaguer-Coll et al. (2014); Cavalcante (2016); Cunha, Ferreira e Fernandes (2018)	TCE MG
Rec_Transf	Somatório das receitas de transferências intergovernamentais arrecadadas	(-/+)	Sakurai e Menezes-Filho (2007); Balaguer-Coll e Brun-Martos (2013); Cunha, Ferreira e Fernandes (2018)	TCE MG
Casos_COVID-19	Número de casos confirmados de infectados pelo coronavírus a cada 1.000 habitantes; = N° de casos/população*1.000	(-)	*	SES MG
Óbitos_COVID-19	Número de óbitos confirmados para Covid-19 a cada 1.000 habitantes; = N° de óbitos/população*1.000	(-)	*	SES MG

\* Hipótese empírica, baseada nas expectativas dos autores.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante do cenário pandêmico e do processo eleitoral, empregou-se uma técnica de análise de medida de associação com o objetivo de analisar a existência de diferenças estatísticas significantes entre as médias de casos e de óbitos por Covid-19 entre municípios que obtiveram êxito na reeleição/recondução e aqueles que não conseguiram. O Teste *t* é aplicado como uma forma de medida de associação entre a variável dependente reeleição/recondução e as variáveis explicativas relacionadas à pandemia. Como não foi atendido os pressupostos do teste de distribuição normal, utilizou-se do teste não paramétrico.

Posteriormente, com o propósito de verificar a influência dos condicionantes da reeleição/recondução empregou-se a técnica de análise de Regressão Logística Binomial, que possibilita prever e compreender o desempenho da variável dependente, que é sempre condicionada à apresentação no tipo categórica (dois grupos), alicerçada de uma sequência



variáveis explicativas métricas (FÁVERO; BELFIORE, 2015). Deste modo, a Regressão Logística Binomial irá avaliar a probabilidade de ocorrer o evento de interesse (FÁVERO; BELFIORE, 2015).

Para apurar a influência sobre a reeleição/recondução utilizou-se as suas condicionantes, em conformidade com a literatura, como variáveis explicativas. Neste estudo, a variável dependente categórica é a reeleição/recondução, representada pelo valor 1 que é atribuído para o caso de prefeito reeleito ou partido reconduzido e 0 para o contrário.

O modelo a ser estimado neste estudo propõe explicar como os condicionantes da reeleição/recondução afetaram no resultado eleitoral das eleições municipais de 2020 em Minas Gerais e consequentemente na reeleição de prefeitos e na recondução de partidos. O modelo proposto consiste em:

$$Reeleição\_Recondução_i = \left( \frac{P_i}{1-P_i} \right) = \beta_0 + \beta_1 Votos\_Válidos_i + \beta_2 MPG\_2017\_2018_i + \beta_3 MPG\_2019\_2020_i + \beta_4 MPP\_2017\_2018_i + \beta_5 MPP\_2019\_2020_i + \beta_6 PIB_i + \beta_7 Densidade\_Pop_i + \beta_8 Bolsa\_Família_i + \beta_9 Desp\_Pessoal_i + \beta_{10} Desp\_Capital_i + \beta_{11} Dívida_i + \beta_{12} Rec\_Própria_i + \beta_{13} Rec\_Transf_i + \beta_{14} Casos\_Covid19_i + \beta_{15} Óbitos\_Covid19_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Em que:  $P_i$  é a probabilidade de ocorrência do evento (reeleição/recondução);  $\beta_0$  é a constante;  $\beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5, \beta_6, \beta_7, \beta_8, \beta_9, \beta_{10}, \beta_{11}, \beta_{12}, \beta_{13}, \beta_{14}$  e  $\beta_{15}$  são os coeficientes estimados de cada variável explicativa e  $\varepsilon_i$  é o termo de erro do  $i$ -ésimo na equação.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1. Análise Exploratória de Dados

Na Tabela 1, constam os valores obtidos pela análise exploratória de dados, que considerou a média, o desvio-padrão, os valores mínimos e máximos das variáveis explicativas e a dependente deste estudo.

**Tabela 1: Estatísticas Descritivas**

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Reeleição_Recondução (categórica)	0,3849	0,4868	0	1
MPG_2017-2018 (categórica)	0,0472	0,2122	0	1
MPP_2017-2018 (categórica)	0,1889	0,3916	0	1
MPP_2019-2020 (categórica)	0,0047	0,0586	0	1
Votos_Válidos (porcentagem)	0,5659	0,1287	0,2242	1
PIB (em reais, per capita)	20.019,38	22.255,36	6.298,48	337.288,80
Densidade_pop (porcentagem)	71,34	338,64	1,33	7.575,25
Bolsa_Família (em reais, per capita)	174,05	122,94	13,44	706,19
Desp_pessoal (em reais, per capita)	1.086,51	520,79	3,00	5.363,27
Desp_capital (em reais, per capita)	205,83	217,24	0	2.512,90
Dívida (em reais, per capita)	652,02	1.065,11	0	9.809,53
Rec_transf (em reais, per capita)	2.150,79	1.087,90	150,30	11.474,59
Rec_Próp (em reais, per capita)	142,73	268,62	1,19	5.298,93
Casos_COVID-19 (a cada mil habitantes)	11,57	10,83	0	134,32
Óbitos_COVID-19 (a cada mil habitantes)	0,29	0,28	0	1,83

Fonte: Resultados da pesquisa.

A primeira delas a ser tratada foi a variável dependente, que representa a reeleição do prefeito ou a recondução do seu partido ao cargo de chefe do executivo local, constatou-se uma média de 0,38 e um desvio-padrão de 0,49, o que indica que aproximadamente 38% dos prefeitos eleitos em 2016 foram reeleitos em 2020 ou tiveram seus partidos reconduzidos. Tal média se aproxima do valor encontrado no estudo de Mendes e Rocha (2004), que ao verificarem o processo de reeleição de 5.206 municípios brasileiros constataram que em média 40,4% dos prefeitos alcançaram a reeleição.

Quanto às variáveis relacionadas aos alinhamentos político partidários entre prefeitos e os governadores, e entre prefeitos e o presidente obtiveram valores bem distintos. Inicialmente considerando a discrepância entre o tempo de mandato dos governos estaduais e federal para com o governo municipal revela a possibilidade de durante o mandato dos prefeitos ele possuir dois governadores ou dois presidentes distintos. Tais alinhamentos são importantes, pois conforme Cavalcante (2016) que as relações entre os políticos do mesmo partido facilitam a captação de recursos pelos municípios.

Sendo assim, constatou-se em relação ao governo estadual que nos anos de 2017 e 2018 em média 4,72% dos prefeitos mineiros eram eleitos pelo mesmo partido do governador Fernando Pimentel do Partido dos Trabalhadores (PT). Já considerando o novo governador eleito ao final de 2018 e empossado em 2019 a variável que representa o alinhamento político partidário com os prefeitos foi omitida, tendo em vista a inexistência de prefeitos eleitos em 2016 pelo Partido Novo, o mesmo do atual governador Romeu Zema.

Em relação ao alinhamento político partidário em nível federal entre 2017 e 2018 18,89% dos prefeitos mineiros eleitos em 2016 eram do mesmo partido do presidente Michel Temer do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No entanto, após as eleições de 2018 o novo presidente, Jair Messias Bolsonaro empossado em 2019 e eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) possuía o alinhamento político partidário com aproximadamente 0,5% dos prefeitos eleitos em 2016.

Analisando ainda variáveis associadas aos condicionantes políticos, a porcentagem de votos válidos recebidos pelos gestores municipais nas eleições de 2016 apresentou uma média de 56,59% e um desvio-padrão 12,87% demonstrando a dispersão de porcentagens de votos alcançados em torno da média. Além disso, destaca-se o município de Barbacena que elegeu o prefeito com o menor percentual de votos válidos entre todos os municípios do estado de Minas Gerais sendo 22,42% e é explicado pela grande competitividade política existente nesta eleição em que o município obteve oito candidatos diferentes para assumir o cargo do executivo local. De modo contrário, também existem prefeitos que foram eleitos com a totalidade dos votos válidos, fato que ocorreu em trinta e cinco municípios e se justifica pôr em alguns deles haver um candidato único a prefeito, ou pôr em outros municípios candidatos terem tido suas candidaturas cassadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A variável PIB *per capita* foi utilizada como um indicador que permite visualizar a realidade econômica dos municípios, em média eles possuem um PIB *per capita* de R\$ 20.019,38 com um desvio-padrão superior a esta média, indicando a grande heterogeneidade econômica dos municípios. Como este estudo buscou analisar as condicionantes da reeleição e/ou recondução de prefeitos mineiros, trabalhamos com todos aqueles que possuíam informações disponíveis, não excluindo *outliers*. Ao trabalharmos com todos estes municípios obtivemos valores mínimos e máximos muito discrepantes, o mínimo foi R\$ 6.298,48 referente ao município de Francisco Badaró e o máximo foi de R\$ 337.288,80 referente ao município minerador São Gonçalo do Rio Abaixo.

Outro indicador econômico utilizado pelo estudo foi o repasse *per capita* do Bolsa Família que permite visualizar a realidade da população pobre e extremamente pobre do município, configurando-se como uma proxy de vulnerabilidade social. O repasse médio *per capita* dos municípios mineiros foi de R\$ 174,05, apresentando ainda um desvio-padrão de R\$ 122,94. Além de o valor mínimo ter sido encontrado no município de Nova Serrana, com um repasse de R\$ 13,44, já o valor máximo de R\$ 706,19 é referente ao município de Cristália.

A densidade demográfica foi utilizada como um fator que representou a heterogeneidade na distribuição e a grande disparidade dos territórios municipais, revelados pelo desvio-padrão de 338,64. Os estudos de Shikida et al. (2009); Balaguer-Coll e Brun-Martos (2013) e Cunha, Ferreira e Fernandes (2018) também utilizaram este indicador para representar a urbanização dos municípios, em média obtivemos 71,34 habitantes por KM<sup>2</sup>. O valor mínimo

de 1,33 habitantes por KM<sup>2</sup> foi detectado no município de Santa Fé de Minas, enquanto a maior concentração de habitantes é representada na capital mineira Belo Horizonte.

A despesa com pessoal, que representa a capacidade empregatícia da gestão pública, apresentou média de R\$ 1.086,51 com um desvio-padrão de R\$ 520,79, destacando-se o município de Ouro Preto correspondendo ao menor valor e São Gonçalo do Rio Abaixo com o maior dispêndio com pessoal. Essa variável também apresentou uma significativa heterogeneidade, evidenciando que os municípios mineiros dispõem de diferentes níveis de gastos com funcionários.

Em relação às despesas de capital, que estão relacionadas aos investimentos realizados pelos governos junto ao município, a média evidenciada foi de R\$ 205,83 com um desvio-padrão de R\$ 217,24, revelando diferentes níveis de investimentos realizados. Enquanto Cônego Marinho não apresentou nenhum dispêndio desta categoria, Belo Vale foi o município com maiores despesas de capital, o que pode estar relacionado ao seu destaque na extração de minério de ferro e investimento no setor turístico.

É importante ressaltar que tanto os gastos com pessoal quanto os de capital podem servir de indicadores de aprovação populacional o que, inclusive, ensejou a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal para evitar essa utilização oportunista da máquina pública, estabelecendo limites a tais dispêndios (SANTOLIN; JAYME JR; REIS, 2009).

Já os valores referentes às dívidas dos municípios apresentaram média de R\$ 652,02 e desvio-padrão de R\$ 1.065,02, sendo que 41 municípios apresentaram valor zero para esta variável enquanto Felixlândia é a cidade com maior endividamento per capita. Tendo em vista o contexto de carência de recursos a nível municipal, o endividamento estaria então relacionado à incapacidade de manutenção da máquina pública com os recursos usuais, sendo necessária a obtenção de recursos de terceiros ou das instituições financeiras da União ou Estado (MACEDO; CORBARI, 2009).

Sobre as receitas de transferências a média encontrada foi de R\$ 2.150,79 com um desvio-padrão de R\$ 1.065,11, sendo que o valor máximo correspondia ao município de São Gonçalo do Rio Abaixo e o mínimo era referente a Santa Maria do Suaçuí. A grande discrepância de valores em torno da média evidencia a heterogeneidade no recebimento de recursos de fontes externas para manutenção da máquina pública, que são importantes para amenizar a fragilidade na base tributária e econômica de algumas localidades e para a redução das iniquidades sociais (REIS et al., 2016).

No tocante à variável receita própria per capita, a média evidenciada foi de R\$ 142,73, com um desvio-padrão de R\$ 268,62. Enquanto Serranos apresentou o maior valor, Cônego Marinho se destacou por corresponder ao município com menor valor de receita própria. Tendo em vista a discrepância dos dados, percebe-se que os municípios dispõem de diferentes capacidades de arrecadação desta tipologia de receitas, o que corrobora as análises de Reis et al. (2016) sobre os municípios da zona da mata mineira.

Em relação ao número de casos confirmados de Covid-19 a cada 1.000 habitantes, a média encontrada foi de 11,57 com um alto valor de desvio-padrão, evidenciando a heterogeneidade dos dados. O município Cedro do Abaeté não apresentou nenhum caso confirmado até as vésperas da eleição, enquanto Araporã apresentou o maior número de casos de Covid-19 notificados até esse período. Quando se analisa o número de óbitos, a média apresentada era de 0,29 mortes notificadas a cada 1.000 habitantes, também com um alto desvio-padrão. Cerca de 23% dos municípios mineiros (195 deles) não apresentaram nenhum óbito confirmado, enquanto Córrego Novo apresentou 1,83 óbitos notificados a cada 1.000 habitantes.

A heterogeneidade observada nos dados referentes ao número de casos de Covid-19 é justificada pela grande diversidade de características locais dos municípios mineiros, onde coexistem municípios com altos e baixos indicadores socioeconômicos, consagrando o estado

como um dos locais de maior heterogeneidade do país (OLIVEIRA; SIQUEIRA, 2010). Como consequência destas iniquidades, algumas localidades podem ser particularmente vulneráveis à nova pandemia devido à infraestrutura de saúde precária e a dependência quase exclusiva do Sistema de Saúde público, que não dispõe de condições de atendimento diante do avanço rápido da doença e do aumento pela demanda dos serviços (RACHE et al., 2020).

#### 4.2. Teste de Hipóteses

No sentido de identificar a existência de diferenças estatisticamente significativas para as médias de casos e de óbitos por Covid-19, entre municípios que reelegeram prefeitos ou reconduziram partidos e aqueles que não conseguiram, aplicou-se o Teste t para médias. Entretanto, a variável caso de Covid-19, bem como a de número de óbitos, não apresentaram distribuição normal, pelo teste de normalidade de Shapiro Wilk. Dessa forma, para o mesmo objetivo, foi realizado o teste de médias não-paramétricas de Mann-Whitney.

Em sua execução os resultados apresentados não rejeitaram a hipótese nula de que a média de casos e a média de óbitos por Covid-19 são estatisticamente iguais entre os municípios mineiros que obtiveram êxito na reeleição/recondução. Dessa forma, apesar das médias serem diferentes matematicamente, o teste comprovou que estatisticamente não se pode afirmar que um município com reeleição ou recondução têm menos infecções e menos óbitos que aqueles em que o resultado ocorreu o contrário.

#### 4.3. Regressão Logística Binomial

Para analisar os efeitos das condicionantes da reeleição e/ou recondução estimou-se um modelo de regressão logística binomial, cujos resultados dos coeficientes de cada variável, os seus respectivos erros-padrão e a significância estatística estão apresentados na Tabela 2.

**Tabela 2: Estimativa de Regressão Logística Binomial**

Variáveis	Coefficientes	Erro-Padrão	Z	P> z
MPG_2017-2018	- 0.4392	0.3770	- 1.16	0.2440
<b>MPP_2017-2018</b>	- <b>0.9893</b>	<b>0.2134</b>	- <b>4.64</b>	<b>0.0000 *</b>
MPP_2019-2020	1.2788	1.1753	1.09	0.2770
Votos_Válidos	0.6239	0.5699	1.09	0.2740
PIB_pc	0.0000	0.0000	1.03	0.3030
Densidade_pop	0.0001	0.0003	0.23	0.8180
<b>Bolsa_Família_pc</b>	- <b>0.0013</b>	<b>0.0007</b>	- <b>2.01</b>	<b>0.0450 **</b>
<b>Desp_pessoal_pc</b>	<b>0.0009</b>	<b>0.0004</b>	<b>2.30</b>	<b>0.0220 **</b>
<b>Desp_capital_pc</b>	<b>0.0018</b>	<b>0.0005</b>	<b>3.39</b>	<b>0.0010 *</b>
Dívida_pc	0.0001	0.0001	0.79	0.4310
<b>Rec_transf_pc</b>	- <b>0.0005</b>	<b>0.0002</b>	- <b>2.41</b>	<b>0.0160 **</b>
<b>Rec_Próp_pc</b>	- <b>0.0011</b>	<b>0.0005</b>	- <b>2.06</b>	<b>0.0390 **</b>
Casos_COVID-19	- 0.0072	0.0090	- 0.80	0.4240
Óbitos_COVID-19	0.1232	0.3100	0.40	0.6910
Constante	- 0.6705	0.4020	- 1.67	0.0950
Prob > chi2 = 0.0000		Pseudo R2 = 0.0511		

\*Estatisticamente significativo a um nível de significância de 1%.

\*\*Estatisticamente significativo a um nível de significância de 5%.

Fonte: Resultados da pesquisa.

O modelo teve como variável dependente a reeleição ou a recondução, e buscou responder como as diversas condicionantes objetivas e subjetivas podem influenciar nos resultados eleitorais. Identificou-se que das variáveis explicativas utilizadas no modelo de previsão 6 (seis) delas foram estatisticamente significativas e influenciaram na reeleição/recondução. As variáveis de classe objetiva Despesas com Pessoal e Despesas de Capital; e de modo oposto pelos recebimentos do Programa Bolsa Família, Receitas Próprias e Receitas de Transferências interferiram positivamente no processo de reeleição e/ou

recondução. Já a variável de classe subjetiva MPP 2017-2018 possui uma influência negativa e foi a única significativa da classe. As demais variáveis explicativas não obtiveram significância estatística nos resultados deste estudo. Conforme os resultados da estatística de Chi<sup>2</sup>, rejeita-se a hipótese nula a um nível de significância de 5% confirmando a validade do modelo.

Após a estimação do modelo e a avaliação de sua validade foi efetuada uma classificação para se obter o ponto de corte deste modelo de previsão. Conforme a tabela de classificação da variável dependente o ponto de corte foi de 61,51%. A partir daí avaliou-se a eficiência global do modelo de previsão e através dos resultados encontrou-se o percentual de classificações corretas de 62,36%, sendo superior ao ponto de corte e confirmando o poder de previsão do modelo.

Com relação às variáveis de classe objetiva as despesas com pessoal demonstraram uma relação positiva com a probabilidade de reeleição e/ou recondução, refutando a expectativa conceitual que se tinha com base na literatura explorada. Tal comportamento vai contra a ideia que essas despesas são vistas de modo negativo pelos eleitores (SILVA; BRAGA, 2013). Esta mudança de comportamento da variável pode demonstrar um enaltecimento dos eleitores aos candidatos que valorizam financeiramente os servidores públicos locais, representando também o potencial do poder local municipal na geração de empregos e rendas, principalmente em municípios com baixo potencial econômico.

Para a variável despesas de capital constatou-se uma relação positiva, potencializando a probabilidade de reeleição e/ou recondução. Esta constatação corrobora com os estudos de Brender (2003); Meneguim, Bugarin e Carvalho (2005); Balaguer-Coll e Brun-Martos (2013) e Cavalcante (2016). Sendo assim, é possível confirmar que os gastos relacionados com a aquisição de máquinas e equipamentos, imóveis, móveis, veículos, realização de obras possuem realmente um grande impacto para os eleitores.

De modo contrário, outras variáveis de classe objetiva a exemplo das receitas próprias, receitas de transferências e os valores recebidos pelo programa Bolsa Família apresentaram uma relação negativa com a probabilidade de reeleição e/ou recondução. As receitas próprias tem sido apresentadas pela literatura como uma variável que possui relações esperadas divergentes. A exemplo deste estudo, a variável corrobora com outros que também identificaram uma relação negativa, confirmando que os eleitores punem àqueles gestores que aumentem a carga tributária local, demonstrando insatisfação com uma contribuição direta através da execução da competência tributária que o município possui. Estas constatações estão presentes nos trabalhos de Meneguim, Bugarin e Carvalho (2005); Silva e Braga (2013) e Cavalcante (2016).

As receitas de transferência que também possuía expectativas divergentes na literatura demonstraram neste estudo uma relação negativa contrária aos estudos de Sakurai e Menezes-Filho (2007) e de Balaguer-Coll e Brun-Martos (2013) que identificaram um efeito positivo com a obtenção de um grande volume de recursos via transferências intergovernamentais. Os resultados encontrados neste estudo foram corroborados por Cunha, Ferreira e Fernandes (2018), que afirmam existir uma insatisfação dos eleitores quanto ao volume total de recursos de transferências recebidos.

A última variável de classe objetiva com uma relação negativa encontrada nos resultados está relacionada ao Programa Bolsa Família, que representa os valores recebidos pelos cidadãos através do programa de transferência direta de renda que conforme literatura, apresenta uma relação apenas positiva com a probabilidade de reeleição e/ou recondução. A divergência encontrada neste estudo vai contra os trabalhos de Shikida et al. (2009) e Martins et al. (2016) que justificaram a relação positiva com a melhora da condição social daqueles eleitores que se beneficiam do programa. No entanto, os resultados encontrados foram opostos e diante de todo o contexto vigente notou-se que o Programa Bolsa Família não foi capaz de

melhorar as condições sociais existentes e nem combater as novas externalidades negativas de caráter econômico criadas pela pandemia.

Sobre as variáveis de classe subjetiva apenas a MPP\_2017-2018 obteve significância estatística nos resultados encontrados, influenciando negativamente a probabilidade de reeleição e/ou recondução, contrariando a expectativa conceitual apresentada na literatura. Esta variável representa o alinhamento político partidário entre os prefeitos e o presidente do país nos anos de 2017 e 2018, quando o país era governado com um presidente interino que assumiu a presidência após um processo de impeachment, cuja legalidade ainda se for julgada e acabou por trazer uma imagem negativa para o presidente interino e o PMDB, partido de sua filiação. Tais contestações influenciaram na visão que se tem sobre o partido e o apoio existente de forma política aos gestores locais pelo presidente contrariou as expectativas dos estudos existentes até então.

Os resultados obtidos pela regressão logística binomial confirmaram que muitas condicionantes apontadas pela literatura foram significativas e que os eleitores tendem a reeleger e/ou reconduzir àqueles que executam investimentos de capital e valorizam os servidores públicos locais via salários ou nível de emprego. Além do mais, aqueles gestores que oneram muito seus cidadãos com o exercício de sua competência tributária, não conseguem um volume de transferências satisfatório, não criam programas sociais que de fato modifiquem a situação da população ou possuem alinhamentos partidários questionáveis tendem a não se reeleger e nem mesmo reconduzir seus partidos novamente ao executivo local.

Contudo, os resultados nos permitem ainda observar a importância das interações entre os entes federativos nacionais, interações estas que se apresentaram de forma significativa com a validação estatística pela regressão logística binomial das variáveis: MPP\_2017-2018; Bolsa Família; receitas de transferências e receitas próprias. Essas variáveis nos permitem visualizar que mesmo conforme a implementação de autonomia e competências específicas para a União, estados e municípios todos eles interagem constantemente com a alinhamentos políticos partidários, na criação e gestão de programas de políticas públicas e no exercício de suas competências tributárias (PEREIRA; RENNO, 2007).

## **5. CONCLUSÕES**

Analisando as condicionantes que se relacionam à probabilidade de reeleição de prefeitos municipais ou na recondução de seus partidos ao cargo, sobretudo em um contexto de pandemia constatou-se, com os resultados encontrados, a aceitação das hipóteses de que as condicionantes de classe objetivas (H1) e de classe subjetiva (H2) podem exercer influência no processo eleitoral e consequentemente na reeleição de prefeitos e/ou na recondução de partidos nos municípios mineiros, ratificando que as duas classes possuem associação com o processo. Notadamente algumas variáveis de ambas as classes a exemplo dos Casos Covid-19, Óbitos Covid-19, MPG\_2017-2018, MPP\_2019-2020, Votos Válidos, PIB, Densidade Populacional e Dívida Municipal foram rejeitadas estatisticamente, não havendo constatação de sua influência na reeleição e/ou recondução.

Os desfechos deste estudo assinalaram que a reeleição e/ou recondução é alcançada por aqueles gestores que valorizam os servidores públicos locais com melhores salários, utilizam da prefeitura para gerar empregos e realizam muitos investimentos de capital. No entanto, evidenciou-se ainda de uma forma contrária que os gestores que oneram muito seus cidadãos com o exercício de sua competência tributária, não conseguem um volume de transferências satisfatório, não criam programas sociais que de fato modifiquem a situação da população ou possuem alinhamentos partidários questionáveis tendem a não se reeleger e nem mesmo reconduzir seus partidos novamente ao executivo local. Tais constatações corroboram para a afirmativa de que os entes federativos nacionais se encontram em constante interação, mesmo possuindo competências e autonomias distintas.

Os resultados indicam ainda que o contexto de pandemia, introduzidos aqui neste estudo com a mensuração das infecções e de óbitos por Covid-19, não foi significativo estatisticamente para o processo de tomada de decisão dos eleitores. Logo, as mais variadas medidas que foram tomadas pelos prefeitos ao executarem as suas autonomias no combate à Covid-19 e medidas pelos reflexos na heterogeneidade em números de casos e óbitos não influenciaram na reeleição e/ou recondução.

Este estudo possuiu como limitações a inexistência de base de dados disponíveis para utilização ou formulação de constructos que pudessem representar melhor o contexto de pandemia vivenciado durante o processo eleitoral. Sugere-se que para estudos futuros esta análise seja ampliada para todos os municípios do país, estendendo a capacidade prenunciadora dos resultados a serem encontrados.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. et al. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 663–677, 2020.
- AQUINO, E. M. L. et al. Social distancing measures to control the COVID-19 pandemic: potential impacts and challenges in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2423–2446, 2020.
- BALAGUER-COLL, M. T. et al. Determinants of local governments' reelection: New evidence based on a Bayesian approach. **Economics Department, Universitat Jaume I, Castellón (Spain)**, p. 1–31, 2014.
- BALAGUER-COLL, M. T.; BRUN-MARTOS, M. I. The effect of public expenditure on the probability of mayors' reelection. **Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review**, v. 16, n. 1, p. 74–80, 2013.
- BONAVIDES, P. **A democracia direta, a democracia do terceiro milênio**. In: Bonavides P. **A Constituição Aberta**. 2ª ed. São Paulo, 1996.
- BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 16, DE 04 DE JUNHO DE 1997. **Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal**, 1997.
- BRENDER, A. The effect of fiscal performance on local government election results in Israel: 1989-1998. **Journal of Public Economics**, v. 87, n. 9–10, p. 2187–2205, 2003.
- CARVALHO, F. A. A. DE; OLIVEIRA, K. V. DE. A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do estado do Rio de Janeiro - 1998/2006. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 3, n. 1, p. 46–64, 2009.
- CAVALCANTE, P. Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 2, p. 307–330, 2016.
- CONTI, J. M. **Federalismo Fiscal e Fundos de Participação**. São Paulo: [s.n.].
- CUNHA, A. M.; FERREIRA, A.; FERNANDES, M. J. The impact of accounting information and socioeconomic factors in the re-election of Portuguese mayors. **Handbook of Research on Modernization and Accountability in Public Sector Management**, n. March, p. 406–432, 2018.
- DIAS, B. P.; NOSSA, V.; MONTE-MOR, D. S. O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 880–898, 2018.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Análise de Dados: Técnicas Multivariadas Exploratórias com SPSS e Stata**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2015.
- GALVARRO, M. DEL P. S. Q.; BRAGA, M. J.; FONTES, R. M. O. **Federalismo fiscal e disparidades no Estado de Minas Gerais**. XXXII EnANPAD. **Anais...**Rio de Janeiro: 2008

- GIAMBIAGI, F. ALÉM, M.C. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 4º ed. atualizada. Rio de Janeiro, 2011.
- HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- ITO, N. C.; PONGELUPPE, L. S. O surto da COVID-19 e as respostas da administração municipal: munificência de recursos, vulnerabilidade social e eficácia de ações públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 782–838, 2020.
- LIENDO, N. A. Análisis comparado de los factores institucionales que impiden la reelección de los gobernadores argentinos. **Civilizar**, v. 14, n. 26, p. 87, 2014.
- MACEDO, J. J.; CORBARI, E. C. Efeitos da lei de responsabilidade fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, p. 44-60, 2009.
- MARTINS, D. J. D. et al. Fatores que contribuíram para a reeleição da presidente Dilma Rouseff. **Política & Sociedade: revista de sociologia política**, v. 15, n. 32, p. 145–170, 2016.
- MENDES, M.; ROCHA, C. A. A. Reelection sob informação imperfeita: evidência para os municípios brasileiros. Série Textos para Discussão. Brasília: Departamento de Economia/UnB, n. 313, jun. 2004.
- MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. Reelection e Política Fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. **Revista Economia Aplicada**, v. 5, n. 3, p. 601–622, 2001.
- MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S.; CARVALHO, A. X. DE. O que leva um governante à reeleição? p. 28, 2005.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Bolsa Família**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>>. Acesso em: 31 jan. 2021.
- MUSGRAVE, R.; MUSGRAVE, P. B. **Finanças Públicas: Teoria e Prática**, Rio de Janeiro. Campus, São Paulo, Edusp, 1980.
- NAZARETH, P. A.; PORTO, L. F. L. **As finanças dos municípios brasileiros: o caso do Rio de Janeiro**. XIV Seminario Regional de Política Fiscal: compendio de documentos-Santiago: CEPAL. **Anais...**2002
- OATES, W. E. **Fiscal Federalism**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1972.
- OLIVEIRA, F. A. Teorias da Federação e do Federalismo Fiscal: o caso brasileiro. **Textos para discussão, FJP**, v. 43, 2007.
- OLIVEIRA, F. A.; SIQUEIRA, W. B. **As muitas Minas: Ensaio sobre a economia mineira**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia, 2010.
- PEREIRA, C.; RENNO, L. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, p. 664–683, 2007.
- RACHE, B. et al. **Necessidades de Infraestrutura do SUS em Preparo ao COVID19: Leitos de UTI, Respiradores e Ocupação Hospitalar**. Instituto para Estudo em Políticas de Saúde - Nota técnica 3. Rio de Janeiro, 2020.
- REIS, A. de O. et al. Comportamento da arrecadação própria e da carga tributária nos municípios da zona da mata mineira. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8, n. 1, p. 1-16, 2016.
- SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. **Política fiscal e reeleição nos municípios brasileiros: uma análise via dados em painel para o período 1988-2000**. Encontro Nacional de Economia. **Anais...**2007
- SANTOLIN, R.; JAYME JR, F. G.; REIS, J. C. dos. Lei de Responsabilidade Fiscal e implicações na despesa de pessoal e de investimento nos municípios mineiros: um estudo com dados em painel dinâmico. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, p. 895-923, 2009.
- SHIKIDA, C. D. et al. It is the economy, companheiro!": an empirical analysis of Lula's re-election based on municipal data. **Economics Bulletin**, v. 29, n. 2, p. 1–14, 2009.



- SILVA, D. S. DA C.; SANTOS, M. B. DOS; SOARES, M. J. N. Impactos causados pela Covid-19: um estudo preliminar. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, p. 128–147, 2020.
- SILVA, F. D. F.; BRAGA, M. J. Determinantes da reeleição municipal da Bahia para o período de 2000-2008. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 40, p. 257–276, 2013.
- SILVA, M. S. Teoria do federalismo fiscal notas sobre as contribuições de Oates, Musgrave, Shah e Ter-Minassian. **Nova Economia - Revista do Departamento de Ciências Economicas da UFMG**, v. 15, n. 1, p. 117–137, 2005.
- TEIXEIRA, M. A. C. et al. The Brazilian Government's Inaction Policy in the face of the COVID-19 pandemic: Federative uncoordination, insufficient financial resources and political crisis. **GIGAPP Estudios Working Papers**, v. 7, n. 18, p. 533–553, 2020.
- TIEBOUT, C. M. A Pure Theory of Local Expenditures. **Journal of Political Economy**, v. 64, n. 5, p. 416–424, 1956.